

## **Desafios da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Perspectiva de Nutricionistas e Educadores**

*Food and Nutrition Education Challenges on School Environment:  
Perspective of Nutritionists and Educators*

*Retos de la Educación Alimentaria y Nutricional en el Entorno Escolar:  
Perspectiva de Nutricionistas y Educadores*

### **Paula Koehler Tombini**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-3846-7074>

### **Luciana Dias de Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-3438-0668>

### **Marilene Cassel Bueno**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-9229-519X>

### **Vanuska Lima da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-7482-4489>

### **Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-8632-6612>

**Resumo:** A Educação Alimentar e Nutricional está fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada e representa uma estratégia para promoção da saúde no ambiente escolar. No entanto, observa-se dificuldade no que tange ao entendimento e implementação escolar. Objetivo: Analisar os desafios relacionados à Educação Alimentar e Nutricional do cotidiano de nutricionistas e educadores em escolas públicas brasileiras. Métodos: Estudo qualitativo com base em respostas de nutricionistas e profissionais de educação participantes do curso *Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a um fórum sobre desafios para aplicação da Educação Alimentar e Nutricional em escolas. Os dados, referentes a três edições do curso (2018 a 2020), foram analisados seguindo três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos. Resultados: As principais dificuldades se concentraram na atuação de

nutricionistas. Especificamente, envolveram carga-horária inconsistente com as atividades programadas, número insatisfatório de profissionais em relação ao preconizado pela legislação, demanda extensa e dificuldade de atuação junto aos educadores. Ainda, observara-se falta de apoio da gestão e de comprometimento dos gestores, falta de recursos humanos e financeiros e problemas relacionados à logística. Por fim, foram encontradas dificuldades relacionadas ao ambiente alimentar e familiar, além de impactos socioculturais. Considerações finais: As dificuldades demonstram a necessidade de maior controle das legislações, para que os aspectos estabelecidos sejam a realidade das Entidades Executoras. Por fim, é fundamental o diálogo entre os envolvidos nas ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: nutricionistas, educadores e gestores.

**Palavras-chaves:** Educação Alimentar e Nutricional. Promoção da Saúde em Ambiente escolar. Alimentação Escolar.

**Abstract:** Food and Nutrition Education (FNE) occurs under the principles of Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate Food and acts as a strategy for health promotion. The school environment is conducive to carrying out EAN actions. However, difficulties are observed in terms of school understanding and implementation. Objective: To analyze the challenges found in the daily lives of nutritionists and educators working in public schools in Brazilian municipalities. Methods: Qualitative study based on the responses of nutritionists and education professionals participating in the course Planning actions on Food and Nutrition Education in the school environment, offered by the Collaborative Center on School Food and Nutrition at the Federal University of Rio Grande do Sul. The responses of a forum on the challenges for carrying out Food and Nutrition Education in the school environment of participants in three editions of the course (2018, 2019, 2020) were analyzed. Data were analyzed following three steps. The analysis techniques performed were firstly the pre-analysis, then the exploration of the material, and finally the interpretation of the statements. Results: The results showed that the main difficulties found were concerning the performance of nutritionists, more specifically about the workload inconsistent with all scheduled activities, the unsatisfactory number of nutritionists in relation to what is recommended by legislation, the extensive work demand, and the difficulty in working with educators. Also, the difficulty regarding the lack of support from the management that addressed the commitment of managers to FNE, the lack of human and financial resources, and obstacles related to logistics. Finally, the adversities related to the food environment, which includes eating habits, family environment, socioeconomic conditions, and their impacts and sociocultural aspects that include culture, media, and their influences. Final considerations: The difficulties reported demonstrate the need for greater control of the Program's legislation so that what is recommended by law is in accordance with the reality of the Executing Entities. Finally, there is a need for dialogue between all those involved in FNE actions in the school environment: nutritionists, educators, and managers. The three axes must be in agreement, with the awareness of the difficulties and the needs, to fully realize the FNE.

**Keywords:** Food and nutrition education. Health promotion in school environment. School feeding.

**Resumen:** La Educación Alimentaria y Nutricional se fundamenta en los principios de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada y representa una estrategia para promover la salud en el ámbito escolar. Sin embargo, se observan dificultades en cuanto a la comprensión e implementación escolar. **Objetivo:** Analizar los desafíos relacionados con la Educación en Alimentación y Nutrición en el cotidiano de nutricionistas y educadores de escuelas públicas brasileñas. **Métodos:** Estudio cualitativo basado en las respuestas de nutricionistas y profesionales de la educación participantes del curso Planificación de acciones de Educación Alimentaria y Nutricional en el Ambiente Escolar, ofrecido por el Centro Colaborador de Alimentación y Nutrición Escolar, de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, para un foro sobre desafíos para la aplicación de la Educación Alimentaria y Nutricional en las escuelas. Los datos, referentes a tres ediciones del curso (2018 a 2020), fueron analizados siguiendo tres etapas: preanálisis, exploración del material e interpretación de los testimonios. **Resultados:** Las principales dificultades se centraron en la actuación de los nutricionistas. Concretamente, se trataba de horarios de trabajo incompatibles con las actividades programadas, número de profesionales insatisfactorio en relación con el recomendado por la legislación, gran demanda y dificultad para trabajar con los educadores. Además, hubo falta de apoyo de la gerencia y compromiso de los gerentes, falta de recursos humanos y financieros y problemas relacionados con la logística. Finalmente, se encontraron dificultades relacionadas con la alimentación y el entorno familiar, así como impactos socioculturales. **Consideraciones finales:** Las dificultades demuestran la necesidad de un mayor control de la legislación, para que los aspectos establecidos sean la realidad de las Entidades Ejecutoras. Finalmente, es fundamental el diálogo entre los involucrados en las acciones de Educación Alimentaria y Nutricional en el ámbito escolar: nutricionistas, educadores y gestores.

**Palabras clave:** Educación alimentaria y nutricional. Promoción de la salud en el ámbito escolar. Alimentación escolar.

## Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimentos e práticas dentro do universo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Seu objetivo é capacitar as pessoas a terem autonomia e conhecimento para escolher uma alimentação saudável, por meio de ações permanentes, intersetoriais e transdisciplinares (BRASIL, 2012). Assim, a EAN pode ser aplicada em diversos setores e campos de prática, sendo um deles o meio que engloba a educação.

A EAN no ambiente escolar é sinalizada em documentos oficiais como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2013) e o Pacto Nacional para Alimentação Saudável (BRASIL, 2015) e estabelecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que

garante a alimentação a todos os estudantes da educação básica e tem como diretriz a inclusão de ações de EAN no cronograma escolar e processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2009a). Além disso, a Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em seu Artigo 5, Inciso 6, garante a presença de ações de EAN no ambiente escolar, referindo-a como diretriz da alimentação escolar (BRASIL, 2020). Assim, o ambiente escolar é propício para que as ações de EAN sejam realizadas de maneira permanente tendo sido incluídas no currículo escolar através da lei 13.666/2018 (BRASIL, 2018).

Um dos princípios da EAN se refere à intersetorialidade de suas ações, que se caracteriza por trocas e diálogos para a construção de saberes e práticas, com o objetivo de ampliar perspectivas com os demais setores envolvidos na aplicação dessa estratégia e, assim, obter resultados para melhorar a alimentação e promover qualidade de vida (BRASIL, 2012). Assim, as ações no ambiente escolar envolvem os setores de gestão, pedagogia, profissionais que preparam as refeições na escola, nutricionistas e produtores agrícolas (BRASIL, 2012).

O professor atua como principal comunicador, ao estar em contato diariamente com os estudantes — que são os principais sujeitos das ações —, e ainda possui elo com os responsáveis pelos alunos e com a coordenação escolar. Considerando a grande importância desse profissional no sucesso das ações de EAN, é necessário conscientizar os educadores para atuarem de forma ativa e participativa nos projetos políticos pedagógicos (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

Por seu turno, os profissionais da nutrição atuam como responsáveis técnicos do PNAE e desempenham diversas demandas e obrigações. Conforme Souza *et al.* (2017), o PNAE apresenta complexidades com relação à adequada execução. Assim, é necessário que se fomentem reflexões sobre os desafios encontrados pelos profissionais envolvidos no desenvolvimento das ações de EAN, para que sejam expostas e discutidas até que se promovam mudanças com o intuito de melhorar as condições da EAN nas escolas. Essas ações pretendem contribuir para a garantia do DHAA e da SAN e, conseqüentemente, da qualidade de vida e saúde do público-alvo: os estudantes.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que entre os Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2018), está o pilar de planejamento das ações. Nele, é essencial pensar nas pessoas, nas problemáticas e objetivos, desafios, metodologias, conteúdo, recursos, periodicidade, resultados esperados com determinadas ações e como avalia-los (BRASIL, 2018).

Com fundamento nesses aspectos, desde 2017, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) promove o curso de capacitação *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, que visa

instrumentalizar os profissionais da área de nutrição e educação inseridos no PNAE para o desenvolvimento de ações de EAN de maneira intersetorial, transdisciplinar e permanente. O curso consiste em 60 horas de formação interdisciplinar, divididas em 8 módulos, com 50% de conteúdo teórico e 50% prático. Os principais conteúdos abordados são conceito, diretrizes, legislações e princípios de EAN, alimentação saudável e suas diretrizes para promoção no ambiente escolar, EAN no contexto do PNAE, objetivos da EAN no ambiente escolar, ciclos da vida e EAN, hábitos alimentares e influência da mídia, definição de alimentos processados e ultraprocessados, cultura alimentar e impacto da produção de alimentos, planejamento, diagnóstico, objetivos, conteúdos estratégias, avaliação e monitoramento das ações de EAN.

Considerando tais aspectos, este artigo tem como propósito analisar as principais dificuldades em relação à execução de ações de EAN no ambiente escolar apontadas por nutricionistas inseridos no PNAE e educadores atuantes em Entidades Executoras (EEx) de municípios brasileiros — visto que o curso abrange todo território nacional.

## **Metodologia**

Este é um estudo qualitativo, que buscou analisar com mais profundidade as percepções dos profissionais sobre a temática abordada (MINAYO, 2007). Os dados deste estudo são oriundos do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, promovido pela equipe do CECANE, da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o FNDE. Trata-se de um curso disponibilizado na modalidade Educação a Distância (EaD), executado no ambiente virtual Moodle Colaboração da UFRGS.

O curso, que ainda é oferecido, é direcionado a nutricionistas e educadores. Os requisitos para inscrição da EEx envolvem a presença de nutricionista responsável técnico ou quadro técnico do PNAE cadastrado no FNDE, garantia de acesso à internet a futuros cursistas e inscrição de dois profissionais por EEx (um nutricionista e um educador com graduação em licenciatura).

Os participantes são selecionados por meio de edital de Chamada Pública, com vagas distribuídas por todo o território nacional, considerando o número de municípios por Estados e regiões. Para este trabalho, foram analisadas as respostas enviadas a um fórum de discussão (atividade do curso com o objetivo de troca de experiências e na importância de cada participantes expor sua opinião) para reflexão intitulado *Compreendendo e Superando Obstáculos para a construção e implementação de ações de EAN*, ofertado no último módulo do curso. Foram analisadas as respostas de três edições do curso: 2018, 2019 e 2020, totalizando aproximadamente 420 envios ao fórum.

Para a análise dos dados qualitativos, foram empregadas técnicas de análise de conteúdo com categorias do tipo temática, seguindo as seguintes fases: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos (MINAYO, 2007).

Na primeira fase, foi realizada uma leitura dinâmica de todas as respostas contidas no fórum, incluindo as três edições analisadas. Nesse momento, além da leitura, foram impressas e destacadas as ideias principais de cada resposta. Após, as respostas foram inseridas em um documento no *software* da Microsoft Word e classificadas em categorias. As primeiras categorias encontradas se referiram aos seguintes aspectos relacionados aos desafios da EAN: carga-horária e plano de ensino das escolas, atuação do nutricionista, ambiente familiar, hábito alimentar, condições socioeconômicas, falta de apoio dos gestores, conscientização da comunidade e logística.

Na segunda etapa, foi realizada nova leitura, e as categorias de estudo foram reorganizados, para melhor compreensão das dificuldades encontradas pelos profissionais envolvidos. Foram extraídas as três principais categorias e suas subcategorias ilustradas no Quadro 1.

**Quadro 1 — Categorias e subcategorias de análise**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Atuação do nutricionista	Carga-horária Número de nutricionistas por município/Estado Demanda de trabalho Trabalho conjunto com educadores
Apoio da gestão municipal/estadual	Comprometimento dos gestores com o tema Recursos humanos Recursos financeiros Logística
Ambiente alimentar	Hábito alimentar Ambiente familiar Condições socioeconômicas Aspectos socioculturais

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A sequência dos eixos apresentada no Quadro 1 teve o propósito de organizar um fluxo de raciocínio que auxiliasse a compreensão dos leitores. As presentes categorias têm como finalidade sintetizar as principais dificuldades observadas nas respostas elaboradas pelos cursistas ao longo do fórum a respeito das dificuldades de aplicação da EAN.

Utilizou-se o critério de saturação de respostas da questão central (desafios/dificuldades para EAN), ou seja, a coleta finalizou quando as respostas passaram a se repetir, não trazendo novas informações (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). E dessa forma foram incluídos 21 profissionais, sendo 9 educadores e 12 nutricionistas, como demonstra o Quadro 2.

**Quadro 2 – Participantes**

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>REGIÃO/ESTADO</b>	<b>ANO</b>
Nutricionista 1	Nutricionista	Centro-Oeste/MS	2018
Nutricionista 2	Nutricionista	Nordeste/BA	2018
Nutricionista 3	Nutricionista	Sul/PR	2019
Educador 1	Educador	Sudeste/SP	2019
Nutricionista 4	Nutricionista	Sudeste/SP	2019
Nutricionista 5	Nutricionista	Sul/RS	2019
Nutricionista 6	Nutricionista	Sul/SC	2018
Educador 2	Pedagogo	Norte/RO	2019
Educador 3	Pedagogo	Sudeste/SP	2018
Educador 4	Professor de História	Sul/RS	2019
Nutricionista 7	Nutricionista	Sul/PR	2018
Nutricionista 8	Nutricionista	Sul/RS	2019
Nutricionista 9	Nutricionista	Sudeste/SP	2019
Nutricionista 10	Nutricionista	Centro-Oeste/GO	2019
Educador 5	Educador	Centro-Oeste/GO	2019
Nutricionista 11	Nutricionista	Sul/RS	2020
Educador 6	Pedagogo	Sudeste/RJ	2020
Educador 7	Pedagogo	Sul/PR	2020
Educador 8	Professor de Ciências	Sul/RS	2019
Educador 9	Curso Normal Superior	Norte/AM	2020
Nutricionista 12	Nutricionista	Nordeste/BA	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## **Resultados e discussões**

O presente artigo buscou analisar as dificuldades para aplicação de ações de EAN no ambiente escolar de acordo com a visão dos profissionais de educação presentes diretamente no convívio com os estudantes e de nutricionistas que atuam no PNAE como

responsáveis técnicos. A análise dos resultados foi dividida em três seções neste estudo: na primeira seção, abordam-se as dificuldades relacionadas à atuação dos nutricionistas no âmbito do PNAE; na segunda seção, aprofundam-se os desafios de se aplicar a EAN em razão da falta de apoio dos gestores envolvidos no PNAE; por fim, a terceira e última seção apresenta o ambiente alimentar e seu grande papel na formação de hábitos e comportamentos alimentares.

### **Atuação do nutricionista**

O nutricionista responsável técnico no PNAE apresenta cada vez mais demandas. Nesse âmbito, suas atribuições, segundo a Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, são as seguintes:

Coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas (BRASIL, 2009b).

Nos depoimentos coletados a respeito da atuação do nutricionista, os respondentes geralmente comentaram sobre a quantidade de demandas direcionadas a esse profissional e a baixa carga-horária disponível para as atividades. Segundo Resolução do CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010, a carga mínima recomendada do responsável técnico é de 30 horas semanais (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Porém, Corrêa *et al.* (2017) relatam que 45,7% dos nutricionistas têm carga horária inferior ao preconizado na legislação. Na mesma perspectiva, os cursistas trouxeram para o fórum alguns comentários, como o seguinte:

Como implantar atividades de EAN se, na maioria das vezes, o nutricionista utiliza a maior parte da sua carga horária com atividades administrativas? No meu município, pela lei, deveríamos ser quatro nutricionistas pelo quantitativo de alunos. Somos duas... esse é o primeiro desafio: dar conta de todas as atribuições obrigatórias. Acabamos trabalhando para "apagar incêndios"... difícil até conseguir tempo para planejamentos [...] (Nutricionista 1).

Nessa lógica, os cursistas também relataram como grande ponto de dificuldade o número insuficiente de nutricionistas responsáveis técnicos no PNAE. Segundo Chaves *et al.* (2013), o percentual de nutricionistas nos municípios brasileiros e registrados no programa vem crescendo com o passar dos anos. Porém, o estudo também apontou que a distribuição dos nutricionistas entre as regiões do País estava desigual: a Região Norte apresentou o menor percentual (59% em 2011), enquanto a Região Sul apresentou o maior percentual (85% no mesmo ano) de profissionais (CHAVES *et al.*, 2013). Além disso, o

estudo de Corrêa *et al.* (2017) demonstrou números insatisfatórios de nutricionistas atuando na maioria dos municípios da Região Sul do Brasil e revelou que esse dado está inadequado em relação à Resolução do CFN nº 465/2010, o que reflete negativamente no cumprimento das atribuições desse profissional no PNAE.

Segundo os parâmetros mínimos definidos pela Resolução CFN nº 465/2010, que indica o número de nutricionistas de acordo com o quantitativo de alunos, para um município com até 500 alunos, é necessário 1 nutricionista responsável técnico com carga horária de 30 horas semanais, já para um quantitativo de alunos superior a 5 mil, as necessidades aumentam, e são necessários 1 nutricionista responsável técnico, 3 profissionais de quadro técnico, além de 1 profissional de quadro técnico a cada fração de 2.500 alunos (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Desse modo, observa-se uma defasagem na quantidade de nutricionistas que atuam no PNAE, o que influencia diretamente na qualidade do trabalho dos profissionais e no cumprimento das atribuições exigidas pela legislação.

Os cursistas trouxeram reflexões seguindo esse mesmo ponto de vista, como se observa nas transcrições a seguir:

[..] como efetivar e acompanhar de forma contínua ações de EAN, em um universo tão grande de escolas, contando com um quadro insignificante de nutricionistas (Nutricionista 2).

Inicialmente considero que o número de nutricionistas abaixo das recomendações faz com que as atividades de EAN sejam deixadas de lado, em virtude das inúmeras atividades burocráticas e atribuições estabelecidas para o profissional (Nutricionista 3).

O nutricionista que atua no PNAE apresenta diversas demandas e atividades necessárias para cumprir em seu cotidiano de trabalho. Conforme Resolução CFN nº 465/2010, que especifica as 13 atribuições obrigatórias do nutricionista responsável técnico, compete ao nutricionista vinculado ao Programa de Alimentação Escolar (PAE): realizar diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional, elaborar cardápios e suas fichas técnicas, realizar ações de EAN, realizar a compra e supervisão da qualidade higiênico-sanitárias dos alimentos, avaliar a aceitação dos cardápios, interagir com agricultores familiares e empreendedores rurais, participar do processo de licitação da compra advinda da agricultura familiar, orientar as atividades de higiene de todas as etapas da produção, elaborar e implementar o manual de boas práticas, elaborar o plano anual de trabalho do PAE e assessorar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) sobre a execução técnica do PAE (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010).

Em seu estudo, realizado com nutricionistas atuantes no PNAE nos Estados do Nordeste, com o objetivo de analisar os perfis dos mesmos, Mello *et al.* (2012) concluíram

que, no contexto do PNAE, o nutricionista exerce função de outras áreas de formação, principalmente da educação e administração. Os autores também apontam que, em relação às atribuições obrigatórias desse profissional, deve-se considerar que o quadro insatisfatório de profissionais dificulta a plena execução das atividades (MELLO et al., 2012). Além disso, também discutem a importância da formação de parcerias de trabalho na execução do PNAE, reforçando a necessidade da intersetorialidade do programa. Para os autores, esse aspecto atuaria como facilitador dos nutricionistas, ao realizarem suas obrigações. Ainda, são apresentados exemplos de profissionais para auxiliar no setor de alimentação e na EEx, como técnicos administrativos, técnicos em nutrição e estagiários (MELLO et al., 2012).

Conforme mencionado no *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional* como um dos nove princípios para as ações de EAN, a realização de ações intersetoriais no PNAE tem como objetivo promover a qualidade da alimentação e da vida dos envolvidos. Assim, é necessário que, durante o processo, ocorram a troca e a formação de conhecimentos coletivos; entre eles, saberes, linguagens e práticas. Ampliam-se, assim, os saberes, e as ações no PNAE podem se tornar mais eficazes e contínuas (BRASIL, 2012).

Em estudo sobre as experiências de nutricionistas realizando atividades de EAN na década de 2000, no município do Rio de Janeiro (RJ), Casemiro et al. (2015) apresentaram aspectos semelhantes aos percebidos pelo grupo em questão, ou seja, a intersetorialidade, embora seja um aspecto desafiador, é essencial para a promoção da EAN. Na mesma perspectiva, os participantes do curso relataram a grande dificuldade de se trabalhar em equipe para executar ações de EAN nas escolas, sobretudo em razão da falta de conhecimentos pedagógicos. Na formação dos nutricionistas, o trabalho em conjunto com os educadores é imprescindível:

[...] Creio que a melhor forma de incluirmos as atividades de Educação Nutricional é com o apoio dos professores juntamente com um profissional Nutricionista, pois um completa ao outro. Por exemplo um profissional Nutricionista tem conhecimento técnico, mas não tem tanta noção da parte pedagógica [...] (Nutricionista 6)

Penso que um dos maiores obstáculos a ser enfrentado é ausência de diálogo entre as partes envolvidas no processo EAN, a comunicação e primordial para a qualidade do produto (Educador 2).

O nutricionista sozinho não consegue administrar todas as suas atribuições sem ajuda e sensibilização dos demais atores do programa. [...] exige interdisciplinaridade e diálogo entre os envolvidos (Educador 3).

Pode-se citar como obstáculo para a construção e execução das ações de EAN a falta de [...] apoio por parte dos gestores da educação, no sentido

de serem abertos a mudanças de rotina nas escolas, a fornecerem suporte para que haja modificações reais nos hábitos dos alunos de sua rede (Educador 4).

Assim, como referido no último depoimento, um assunto muito abordado pelos participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar* foi o impacto das atitudes e ações atribuídas aos gestores, desde a conscientização dos envolvidos até a disponibilização de recursos, tanto humanos quanto financeiros. Sob essa perspectiva, o próximo tópico abordará a relação do apoio da gestão municipal e estadual e seu impacto no desenvolvimento do PNAE.

### **A gestão do PNAE**

Os responsáveis pela execução do PNAE são as EEx, e seus gestores são os governos municipais, estaduais e do Distrito Federal. A gestão ocorre por meio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, prefeituras e escolas federais. Cabe à EEx — logo, aos seus gestores — responsabilizar-se por todo o processo operacional que envolve a alimentação escolar, ou seja, o controle adequado dos recursos financeiros, a logística, o controle de qualidade dos alimentos adquiridos, a adequada oferta de alimentação aos escolares, a execução de ações de EAN e prestação de contas do PNAE (BRASIL, 2012).

Corrêa *et al.* (2017) verificaram em estudo, realizado com o objetivo de verificar a adequação dos parâmetros numéricos de acordo com as atribuições obrigatórias dos nutricionistas atuantes na região Sul do Brasil em concordância com a Resolução do CFN 456/2010, que, para que seja possível o desenvolvimento de todas as atividades preconizadas nas legislações do PNAE, a gestão deve garantir as condições necessárias para a realização do trabalho esperado, por todas as partes envolvidas. Os autores também reforçam como ponto imprescindível o diálogo entre os gestores e o nutricionista, com vistas a expor as atribuições previstas para o profissional da área da nutrição, para que ele adquira pleno conhecimento. Também sugerem a divulgação do trabalho do nutricionista no âmbito do PNAE para toda a comunidade escolar (CORRÊA *et al.*, 2017).

Nesta perspectiva, os participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar* abordaram a falta de apoio dos gestores dos municípios, o que, para educadores e nutricionistas, reflete em uma falta de importância, ou seja, não se observa valorização da EAN como também se verifica falta de abertura para as mudanças necessárias. Ademais, de acordo com Olivieri *et al.*, (2018) os principais problemas causados pela má gestão do PNAE, como o armazenamento inadequado de alimentos, local não propício para alimentação escolar, a falta de nutricionistas e de informações nutricionais nos cardápios. Nesse contexto, as dificuldades em questão fragilizam a execução do PNAE, desmotivam os profissionais e, conseqüentemente, enfraquecem a EAN nos municípios. Nessa direção, seguem as reflexões dos participantes:

[...] acho que nosso maior desafio é conscientizar as gestões em relação ao cumprimento das leis/resoluções e envolver e motivar os profissionais diretamente envolvidos com a educação de crianças, jovens e adultos. (Nutricionista 7).

[...] os principais obstáculo encontrados estão relacionados ainda a falta de compreensão da relevância e importância das atividades de EAN como parte efetiva das atribuições do nutricionista que trabalha com alimentação escolar, seja por parte dos gestores como de outros profissionais que compõem a rede de atenção do município. (Nutricionista 8).

Como ponto negativo, encontramos a dificuldade em realizar as ações de EAN, a falta de apoio de gestores, a falta de incentivo à equipe que realiza o trabalho e, infelizmente, a falta de importância que gestores e colegas de trabalho tratam a Alimentação Escolar e a EAN. [...] são pontos que temos em comum na maioria dos municípios, e por mais que fazemos cursos, projetos e nos dedicamos, no final não temos o devido apoio nem reconhecimento. (Nutricionista 9).

Outro ponto abordado pelos participantes do curso Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar se refere à dificuldade logística que ocorre em muitos municípios. Nesse contexto, foram relatadas, como se verifica a seguir, problemáticas de transporte, tanto pelos municípios com muitas unidades quanto por aqueles que abrangem a zona rural, e dificuldades de logísticas para o cumprimento dos cardápios estipulados.

As dificuldades no meu município são de logística por termos muitas unidades, total de 106 unidades, então temos dificuldade de transporte e materiais a serem utilizados. (Nutricionista 10).

Muitas de nossas Unidades Escolares não têm uma estrutura física adequada, o coordenador da merenda de cada Unidade é de uma função diferente [...] a questão de logística é um dos fatores que mais compromete o cumprimento dos cardápios nos dias determinados. (Educador 5).

Dessa forma, as atitudes e os comprometimentos dos gestores envolvidos no PNAE assumem impacto direto na qualidade das ações e na saúde dos estudantes. Considerando-se então, a complexidade do trabalho para que haja mudança efetiva na realidade da qualidade da alimentação escolar e dos programas de EAN, a sensibilização de todos os atores envolvidos é fundamental, para que assim, o nutricionista e demais profissionais da saúde e educação trabalhem em equipe desde o planejamento das ações nos currículos escolares até a implementação de fato. Como será abordado no próximo tópico, as ações de EAN atingem níveis de mudança de vida muito superiores ao impacto

somente individual na vida dos alunos. As ações atuam no ambiente alimentar como um todo.

### **O ambiente alimentar**

Nesta seção, será discutido, de forma mais ampla, como aspectos do ambiente alimentar interferem no êxito das ações de EAN. O ambiente alimentar, segundo Story *et al.* (2008), é descrito como uma estrutura que retrata as múltiplas influências que afetam as escolhas alimentares das pessoas. Assim, os autores dividem em quatro níveis de estudo: 1) fatores individuais: abrangem o estilo de vida, aspectos cognitivos, fatores biológicos e demográficos; 2) ambiente social: engloba a família, os amigos e a comunidade; 3) ambiente físico: compreende a residência, o local de trabalho, a escola, restaurantes e supermercados; 4) ambiente macronível: inclui as normas sociais e culturais, a indústria de alimentos, o marketing e a mídia, políticas de agricultura e alimentos, sistema econômico, sistema de produção e distribuição de alimentos, estruturas políticas e governamentais, programas de assistência alimentar e sistema de saúde (STORY *et al.*, 2008).

Na perspectiva do ambiente alimentar, as respostas do fórum que se enquadram nesse eixo, foram subdivididas de acordo com os aspectos referentes: aos hábitos alimentares, ao ambiente familiar, às condições socioeconômicas e socioculturais. Pôde-se observar que dentre as maiores dificuldades de se aplicar a EAN no ambiente escolar, encontram-se questões relacionadas com os hábitos alimentares dos estudantes, que, muitas vezes, têm como base alimentos ultraprocessados e não saudáveis.

Segundo o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, os alimentos *in natura* (obtidos diretamente de plantas ou animais) ou minimamente processados (alimentos *in natura* que passaram por alterações mínimas) devem compor a base da alimentação (BRASIL, 2014). Apesar disso, os alimentos ultraprocessados têm ganhado mais espaço na alimentação das famílias e nas percepções dos participantes do curso em comento, o que se reflete em um desafio para o êxito das ações de EAN, como se pode observar pelos relatos a seguir:

[...] o problema vai ser levar para fora da escola, para as famílias dos alunos acostumados aos alimentos industrializados e ultraprocessados, o chamado modismo [...] eles consomem muito açúcar, refrigerantes e salgadinhos. (Nutricionista 11).

descobrimos que as crianças não se alimentam melhor por, muitas vezes, não ter acesso a alimentos *in natura* pelo fato de os processados e industrializados serem mais práticos para os pais (Educador 8).

Cabe enfatizar que, em conformidade com o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, alimentos ultraprocessados se caracterizam por serem ricos em gorduras e

açúcares e por apresentarem alto teor de sódio em sua composição e elevada quantidade de calorias por grama, substâncias que aumentam o risco de obesidade (BRASIL, 2014). Além disso, em razão de não serem onerosos, apresentarem hipersabor e facilidade de serem consumidos em qualquer lugar, os alimentos ultraprocessados estão cada vez mais presentes na conjuntura atual da sociedade.

[...] Outro desafio é conscientizar as famílias, os professores, alunos, pais, equipe pedagógica e toda comunidade escolar sobre a alimentação adequada e saudável em casa, e conscientizá-los sobre os benefícios da desta para a melhoria da qualidade de vida (Educador 9).

É importante ressaltar que não somente o que é ofertado às crianças tem impacto em suas vidas, mas também como, quando, onde e quem as alimenta. A alimentação chamada de responsiva, em que cabe ao responsável a sensibilidade de entender os sinais da criança e tornar o momento da refeição agradável, deve ser incentivada pela família, por profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas em saúde (SILVA; COSTA; GIUGLIANE, 2016). Assim, o ambiente escolar atua como uma ferramenta de auxílio à mudança e formação de hábitos alimentares saudáveis e promoção de saúde. Nessa perspectiva, o ambiente alimentar social, que envolve o papel da escola e dos responsáveis, mostrou-se essencial na formação do hábito alimentar das crianças e adolescentes (ANDRETTA, 2021).

Ainda, o ambiente escolar tem grande importância na formação do senso crítico nos estudantes, inclusive no que se refere a escolhas alimentares, atuando também na promoção da saúde e na prevenção de doenças como a obesidade (BOTELHO; LAMEIRAS, 2018). Em razão desses fatores, é fundamental a conscientização dos atores envolvidos, com participação dos grupos familiares e da escola nesse processo de trabalho sobre EAN, a fim de maximizar a incorporação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos.

Além disso, as condições socioeconômicas da população brasileira interferem nas escolhas alimentares. Nesse sentido, Araújo *et al.* (2020) apontaram que a prevalência de insegurança alimentar está fortemente ligada à qualidade de vida. Esse estudo ainda ressalta a grande diferença social existente no Brasil, que pode ser consequência, também, da grave crise política e econômica da atualidade (ARAÚJO *et al.* 2020).

Em nossas reuniões falamos sempre sobre a importância de uma alimentação saudável também fora dos muros da unidade Escolar, no entanto os pais alegam falta de tempo e ou de condições financeiras para balancear a alimentação dos filhos (Educador 6).

Outro ponto de reflexão analisado no estudo se refere à percepção dos profissionais sobre as condições socioculturais, em que foram inseridos o papel da cultura alimentar, das mídias e suas influências. Nesse sentido, o ambiente alimentar, em seu

macronível, como aponta Story (2008), pode influenciar alguns comportamentos alimentares, visto que a cultura, o meio social e o marketing exercem grande interferências sobre as escolhas alimentares das populações, especialmente de crianças que ainda estão desenvolvendo habilidades e conhecimentos, sendo incapazes de processar todas as informações que recebem de meios como televisão e internet. Isso pode se tornar um desafio para a compreensão da EAN como ferramenta de promoção da saúde, como se observa seguir:

O desafio maior seria ultrapassar os muros da escola, chegar aos pais e comunidades para modificar a cultura consumista de produtos industrializados, enquanto as pessoas não quiserem ter uma boa alimentação o projeto não vai pra frente (Educador 7).

Alguns pais não apoiam as atividades educativas sobre EAN creio eu porque têm dificuldade em mudar os hábitos alimentares da família ou acham exagero nosso falar em DCNT precocemente ou até pensam que só complicamos a vida deles sugerindo novas preparações e menos industrializados (Nutricionista 12).

Nesse contexto, o *Guia Alimentar* aborda a relação de impacto cultural que o avanço dos alimentos ultraprocessados reflete na sociedade brasileira. Isso envolve desde as embalagens, similares em todo o mundo, até as campanhas publicitárias, que levam principalmente a população jovem a aumentar seu desejo de consumo, com o objetivo de pertencimento a uma cultura moderna e superior (BRASIL, 2014). Dessa forma, ocorre a descaracterização de tradições e a perda da identidade cultural alimentar (BRASIL, 2013).

Além disso, no *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos*, são abordadas 12 etapas para uma alimentação saudável, com incentivo à inclusão de alimentos *in natura* ou minimamente processados no cotidiano de crianças com idade superior a 6 meses, oferta de água em vez de sucos e bebidas açucaradas, não oferta de alimentos ultraprocessados para crianças, valorização do momento da refeição para que proporcione experiências positivas, importância de respeitar os sinais de fome e saciedade da criança e, como última etapa, cita-se a necessidade de proteger a criança da publicidade de alimentos. O documento reforça o fato de a criança confundir facilmente a ficção (apresentada em programas de televisão e anúncios) com a realidade, já que ainda não possui desenvolvimento suficiente para julgar e decidir o que absorve de informação, sendo um dever de todos prezar pela exposição mínima da criança (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar que a alimentação e a nutrição são áreas de prioridade para políticas públicas na primeira infância (até 6 anos) (BRASIL, 2016). Dessa forma, o PNAE atua como uma política pública para garantia do DHAA e de alimentação saudável aos estudantes, incluindo o consumo de alimentos variados, que respeitem a cultura e os hábitos alimentares (BRASIL, 2009a). Logo, o PNAE influencia o ambiente alimentar, uma vez que

introduz alimentos sazonais e adequados à cultura local para crianças e adolescentes em fase de formação de hábitos. Essas ações permitem o aprendizado e a introdução (ou manutenção) dos hábitos alimentares da escola também em casa.

### **Considerações Finais**

Com base nas reflexões de educadores e nutricionistas participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, este artigo buscou analisar as dificuldades de aplicar a EAN no ambiente escolar e demonstrou pontos específicos sobre a atuação do nutricionista, a parceria com outros profissionais/setores e a gestão do PNAE. Além disso, o ambiente alimentar também demonstrou importantes barreiras para a EAN relacionadas a aspectos socioeconômicos, hábitos alimentares e exposição constante das pessoas a alimentos ultraprocessados.

A partir da análise dos resultados, constatou-se que a implementação da EAN no ambiente escolar ainda encontra desafios e, para solucionar esse impasse, sugere-se a construção de diálogos entre os profissionais envolvidos, com o intuito de que o trabalho intersetorial e permanente ocorra de acordo com a legislação vigente. Além disso, enfatiza-se que a formação é um processo importante para garantir a qualidade das ações de EAN, o que demonstra a relevância do curso em questão para que as ações sejam aperfeiçoadas e ocorram de maneira contínua. Nesse sentido, a inclusão não só dos profissionais (nutricionistas e professores), mas também dos gestores, talvez seja uma inovação necessária.

Tais fatores reforçam a importância de que a EAN seja executada de modo conjunto, envolvendo toda a comunidade escolar. Ainda, é importante que o PNAE e a EAN estejam em sintonia e concordância com o preconizado pelas legislações, para o melhor funcionamento do programa e de suas ações educacionais. Por fim, para que haja mudança significativa e efetiva da atual situação da EAN no ambiente escolar, são indispensáveis condições adequadas para que os profissionais envolvidos no PNAE cumpram as legislações, além do devido apoio e valorização do trabalho realizado e reflexões sobre a importância do impacto positivo que as ações EAN podem exercer sobre crianças e seu entorno.

### **Referências**

ANDRETTA, Vitória *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1477-1488, abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/YGft6xQpPJ9ccQQ9P7NQNHn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ARAÚJO, Melissa Luciana de *et al.* Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-17, e0110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sZBVzPSsRYkT4JQY3XRVLyF/?format=pdf&lang=pt>.

BOTELHO, Goreti; LAMEIRAS, Jorge. Adolescente e obesidade: considerações sobre a importância da educação alimentar. **Acta Portuguesa de Nutrição**, Porto, v. 15, p. 30-35, 2018. Disponível em: [http://actaportuguesadenutricao.pt/wp-content/uploads/2019/02/06\\_ADOLESCENTE-E-OBESIDADE.pdf](http://actaportuguesadenutricao.pt/wp-content/uploads/2019/02/06_ADOLESCENTE-E-OBESIDADE.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13666.htm). Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009b**. Brasília: MEC, 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: MS, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília: MS, 2019. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_da\\_crianca\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: MS, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao\\_Educacao\\_Alimentar\\_Nutricional/21\\_Principios\\_Praticas\\_para\\_EAN.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao_Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao\\_Alimentar\\_Nutricional/1\\_marcoEAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

CASEMIRO, Juliana Pereira *et al.* Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 493-514, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/N9xPVvmmmpRCtJDwG5VNZRqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CHAVES, Lorena Gonçalves *et al.* Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. p. 917-926, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5MVybpQXBKHG6hyJM3JB5Sg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília: CFN, 2010. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res\\_465\\_2010.htm](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res_465_2010.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

CORRÊA, Rafaela da Silveira *et al.* Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 563-574, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jTVqxbrQXHkMqN7wggpxPcn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11. nov. 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MELLO, Adriana Lima *et al.* Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 119-

132, jan./fev. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/xgWsbTHCw96PGzRZwvSFvRL/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 11 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p.

OLIVIERI, Cecília *et al.* Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 169-179, jan./fev. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/rFNrTRCLyDcMBCw4XcsYyzR/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Giselia A. P.; COSTA, Karla A. O.; GIUGLIANI, Elisa R. J. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 3, supl. 1, p. s2-7, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/H8MdrRDbRRBRLMnNG85Q99Q/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 11 nov. 2021.

SOUZA, Anelise Andrade de *et al.* Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 593-606, fev. 2017. Disponível em:

<https://scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n2/593-606/pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

STORY, Mary *et al.* Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. **Annual Review of Public Health**, [S. l.], v. 29, p. 253-272, 2008.

Sobre as autoras

#### **Paula Koehler Tombini**

Nutricionista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: paula\_tombini@hotmail.com

#### **Luciana Dias de Oliveira**

Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela UFRGS, Professora Associada no Curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Coordenadora de Gestão do CECANE UFRGS. Email: dialu73@hotmail.com

#### **Marilene Cassel Bueno**

Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Email: marilenecassel@outlook.com

#### **Vanuska Lima da Silva**

Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Curso de Nutrição e do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da UFRGS. Email: vanuskal@gmail.com

**Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz**

Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora da Graduação em Nutrição, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da UFRGS. Email: elizianeruz@yahoo.com.br